



INSTITUTO FEDERAL
Rondônia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

Campus Cacoal

Coordenação do Curso de Tecnologia em Agronegócio

AMILTON FELIX SILVA

**PRATO FÁCIL - PROGRAMA DE MITIGAÇÃO DA FOME EM RONDÔNIA.
QUAL EFETIVIDADE?**

CACOAL

2025

Campus Cacoal

AMILTON FELIX SILVA

**PRATO FÁCIL - PROGRAMA DE MITIGAÇÃO DA FOME EM RONDÔNIA.
QUAL EFETIVIDADE?**

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus Cacoal*, como requisito parcial para obtenção do grau de Tecnólogo junto ao Curso Tecnologia em Agronegócio, sob a orientação do professor doutor Marco Aurelio Nunes de Barros.

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO.

Silva, Amilton Felix.

Prato Fácil - programa de mitigação da fome em Rondônia. Qual efetividade? / Amilton Felix Silva. - Cacoal, 2025.
11 f. : il.

Orientador(a): Prof. Dr. Marco Aurélio Nunes de Barros.

Trabalho de Conclusão de Curso (Superior de Tecnologia em Agronegócio) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Cacoal, 2025.

1. Combate à fome. 2. Política Social. 3. FAO. 4. Avaliação de política. 5. Desenvolvimento Social. I. Barros, Marco Aurélio Nunes de (orient.). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Roseni Santos Rodrigues, CRB-11/916


Campus Cacoal

AMILTON FELIX SILVA


**PRATO FÁCIL - PROGRAMA DE MITIGAÇÃO DA FOME EM RONDÔNIA.
QUAL EFETIVIDADE?**

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Campus Cacoal, como requisito parcial para obtenção do grau de Tecnólogo junto ao Curso Tecnologia em Agronegócio, sob a orientação do professor doutor Marco Aurelio Nunes de Barros.

Aprovada em 27 de novembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
 **JULIANO CRISTHIAN SILVA**
Data: 12/12/2025 13:41:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Juliano Cristhian Silva
Coodenador

Documento assinado digitalmente
 **MARCO AURELIO NUNES DE BARROS**
Data: 12/12/2025 13:35:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Marco Aurelio Nunes de Barros
Orientador



PRATO FÁCIL - PROGRAMA DE MITIGAÇÃO DA FOME EM RONDÔNIA. QUAL EFETIVIDADE?

EASY DISH: MITIGATION'S PROGRAM ON HUNGER IN RONDÔNIA. ARE THERE EFFECTIVENESS?

COMIDA FÁCIL - PROGRAMA DE MITIGACIÓN DEL HAMBRE EN RONDÔNIA. ¿CUÁN EFICAZ ES?

Data de submissão: xx /xx/2025

Data de publicação: xx /xx/2025

Amilton Felix Silva

Graduando em Tecnologia de Gestão de Agronegócio.

Instituição: Instituto Federal de Rondônia - IFRO

E-mail: amiltonagropecuaria@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0008-6197-9319>

Marco Aurelio Nunes de Barros

Professor EBTT- Doutor em Política Social (Orientador)

Instituição: Instituto Federal de Rondônia - IFRO

F-mail: marco.barros@ifro.edu.br

<https://orcid.org/0000-0001-7083-1764>

RESUMO

Este artigo analisa o programa Rede Prato Fácil, uma política pública de combate à fome no Estado de Rondônia. O estudo analisou a execução do programa a partir do olhar de seus beneficiários e considerando as relações sistêmicas entre as causas da fome e o direito à alimentação, a segurança e soberania alimentares como fundamentais para o equacionamento deste problema central da humanidade e do povo brasileiro.

Palavras-chave: Combate à fome. Política Social. FAO. Avaliação de Política. Desenvolvimento Social.

ABSTRACT

This article analyzes the Rede Prato Fácil program, a public policy to combat hunger in the state of Rondônia. The study analyzed the program's implementation from the perspective of its beneficiaries and considered the systemic relationships between the causes of hunger and the right to food, food security, and food sovereignty as fundamental to addressing this central problem facing humanity and the Brazilian people.

Keywords: Fight against hunger. Social policy. FAO. Policy evaluation. Social Development.



RESUMEN

Este artículo analiza el programa Red Prato Fácil, una política pública para combatir el hambre en el estado de Rondônia. El estudio analizó su implementación desde la perspectiva de sus beneficiarios y consideró las relaciones sistémicas entre las causas del hambre y el derecho a la alimentación, la seguridad alimentaria y la soberanía alimentaria como fundamentales para abordar este problema central que enfrenta la humanidad y el pueblo brasileño.

Palabras clave: Lucha contra el hambre. Política social. FAO. Evaluación de políticas. Desarrollo social.

1 INTRODUÇÃO

O combate à fome é um desafio persistente e complexo que impacta diversas regiões do globo, inclusive o Brasil, país que enfrenta profundas disparidades socioeconômicas apesar de sua vasta biodiversidade, do seu desenvolvimento tecnológico, de sua diversificação produtiva e de possuir um povo batalhador, tal como definido pelo sociólogo Jessé Souza, que busca no dia a dia enfrentar as adversidades e estabelecer um padrão de existência digno para si e para os seus próximos.

A questão da fome não se limita à ideia de que ela seja sinônima da escassez de alimentos, pelo contrário, como fenômeno complexo está intrinsecamente ligada a fatores estruturais, políticos e sociais que afetam a disponibilidade, a qualidade e a regularidade da oferta de alimentos para a população de modo a garantir a provisão de um estado de soberania alimentar e da alimentação como um direito humano fundamental. Neste texto o conceito de fome se referirá aquele definido pelo Fundo das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) como o percentual da população que está em extrema ou elevada subnutrição.

Durante décadas, desde a redemocratização em 1985, o Brasil alcançou progressos notáveis em campos políticos, econômicos e sociais e, no caso do percentual da população em extrema subnutrição, o país chegou a ser retirado do Mapa da Fome do FAO em 2014, entretanto houve retrocesso nesta área como consequência das políticas implementadas a partir de 2018, e o percentual de pessoas em extrema subnutrição voltou a subir e assim, a fome voltou a ser um relevante problema nacional e somente em 2025 é que novamente o país alcançou percentuais mínimos aceitáveis internacionalmente para a prevalência da fome em sua população, o que permitiu que sair do mapa da fome novamente.

debate este fenômeno através de uma análise breve de uma política pública implementada na capital do estado de Rondônia nos últimos 5 anos, que se expandiu como política assistencial para vários municípios, mas que parece entretanto, não dirigir-se ao enfrentamento das causas da fome ou à busca de sua erradicação efetiva naquele estado da federação brasileira, apesar de aplicar consideráveis recursos orçamentários e de implementar valiosos esforços ao buscar mitigar os efeitos deste problema complexo.

2 MÉTODO

A pesquisa desenvolvida foi qualitativa com o uso do método de observação participante pois foram feitas visitas de observação em unidades da rede para entendimento do funcionamento concreto da rede de serviços de fornecimento de alimentação, nestas visitas in loco pelo pesquisador principal, foram entrevistados usuários e funcionários dessas unidade e também foi realizada a análise documental de dados oficiais enviados pela equipe da SEAS que atendeu prontamente às solicitações do orientador, assim como fontes jornalísticas e documentos diversos.

3 DISCUSSÃO

Em 2020, o estado de Rondônia criou um programa para mitigação do problema da fome, denominado Rede Prato Fácil que começou a funcionar em 2021, com recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FECOEP) e segundo dados da Secretaria da Mulher, da família, da Assistência e do Desenvolvimento social - SEAS, publicados em 23 de junho de 2025, no portal do Governo do Estado de Rondônia, até aquele momento já haviam sido servidas 4,3 milhões de refeições.

Considerando o custo médio de R\$ 20,00 por refeição, esse programa totaliza cerca de 86 milhões em recursos aplicados nesta ação governamental, assim especialmente se tomados os recursos públicos dispendidos, a rede prato fácil é indiscutivelmente uma importante iniciativa estatal, porém não são claras as evidências de que haja como efeito uma contribuição ao enfrentamento das causas do problema da fome e a orientação para execução de políticas de soberania alimentar, além disso, o desenvolvimento do programa de forma incremental deve ser considerado como um fator de avaliação da efetividade das ações propostas.

O Programa Rede Prato Fácil articula restaurantes credenciados por licitação para

execução de contrato administrativo celebrado entre o Estado de Rondônia e essas organizações que oferecem refeições, subsidiadas pelo governo do estado para cadastrados no CadÚnico e que se encaixem em uma destas situações: ter renda de até meio salário mínimo por pessoa da família e/ou receber o BPC (Benefício de Prestação Continuada) e/ou ser aposentado e com renda de até um salário mínimo. Desses beneficiados é cobrado R\$ 2,00 por refeição. Em seu atual estágio, o programa conta com estabelecimentos em oito municípios de Rondônia:

- Porto Velho: 8 restaurantes, cerca de 1.701 refeições diárias;
- Ariquemes: 4 restaurantes, 499 refeições/dia;
- Cacoal são 3 restaurantes, 449 refeições/dia;
- Guajará-Mirim: 2 restaurantes, 370 refeições/dia;
- Jaru: 3 restaurantes, 268 refeições/dia;
- Ji-Paraná: 1 restaurante, 568 refeições/dia;
- Rolim de Moura: 1 restaurante, 223 refeições/dia; e
- Vilhena: 1 restaurante, 422 refeições/dia.

Cerca de 239 toneladas de alimentos, até junho de 2025, foram servidas para manter o funcionamento do programa. Os resultados alcançados, segundo dados da secretaria responsável pelo programa, contabilizam mais de 3 milhões de refeições servidas somente em Porto Velho. Em 2025 houve a expansão do atendimento para oito municípios. Tem acontecido uma importante contribuição para a redução da fome e da insegurança alimentar em Rondônia.

TABELA 1 - PARÂMETROS PARA DISTRIBUIÇÃO MUNICÍPIOS DO INTERIOR - RO.

MUNICÍPIOS	QUANTIDADE DE PESSOAS INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO (POBREZA + BAIXA RENDA).	PROPORÇÃO % PESSOAS (POBREZA + BAIXA RENDA) X TOTAL.	QUANTIDADE DE REFEIÇÕES PROPORCIONALMENTE A SEREM SERVIDAS.
JI-PARANÁ	34.643	20,28%	568
ARIQUEMES	30.454	17,83%	499
CACOAL	27.382	16,03%	449
VILHENA	25.753	15,08%	422
GUAJARÁ	22.609	13,24%	370
JARU	16.350	9,57%	268
ROLIM DE MOURA	13.616	7,97%	223
Total	170.807	100%	2.799

O desenho do programa estabeleceu parâmetros formais para cadastramento e execução, na modelagem dos editais de seleção, desde a definição do número de beneficiário com base numa estimativa e em uma proporcionalidade sobre população alvo como garantia de um número que pudesse definir o desenho da licitação nos limites orçamentários disponíveis e com capacidade de atrair potenciais empresas ao cadastramento.

A definição dos valores a serem pagos por refeição, pela administração pública aos restaurantes credenciados foi um parâmetro fundamentalmente criado visando despertar o interesse e promover a adesão de agentes de mercado de serviços de alimentação ao programa rede prato fácil, porém a escolha da resolução deste problema de política pública através do mecanismo de mercado, apesar de representar uma forma eficiente de arregimentação de interessados pode incorporar todas as fragilidades apontadas na literatura sobre terceirização de serviços públicos essenciais (Druck et al (2018, p. 135)) e igualmente aquelas presentes nos debates sobre as relações entre agente e principal e na promoção da racionalidade constrangida (Melo, 1996).

Tabela 2 - CUSTOS POR REFEIÇÃO E TOTAL ESTIMADO 12 MESES.

MUNICÍPIO	VALOR (SUBSÍDIO DO ESTADO)	VALOR ESTIMADO (12 MESES)
Ariquemes	R\$ 18,00	R\$ 2.910.168,00
Jaru	R\$ 18,00	R\$ 1.562.976,00
Guajará-Mirim	R\$ 18,00	R\$ 2.157.840,00
Cacoal	R\$ 20,00	R\$ 2.909.520,00
Ji-Paraná	R\$ 20,00	R\$ 3.680.640,00
Rolim de Moura	R\$ 20,00	R\$ 1.445.040,00
Vilhena	R\$ 20,00	R\$ 2.734.560,00
TOTAL ESTIMADO		R\$ 17.400.744,00

Para acompanhamento das ações e o estabelecimento de um padrão mínimo na oferta das refeições foram criadas tabelas de referência para utilização na composição dos cardápios das refeições a serem servidos pelos estabelecimentos credenciados, tanto na definição de itens prontos para consumo, quanto nas quantidades e nos tipos de proteínas ao longo da semana, o que sugere uma preocupação com a oferta de uma dieta equilibrada e nutricionalmente adequada.

Tabela 3 - TABELA DE REFERÊNCIA PARA PREPARAÇÃO DIÁRIA.

QUANTIDADE MÍNIMA DOS ALIMENTOS PRONTOS PARA CONSUMO	
PREPARAÇÕES POR PESSOA	
SALADA CRUA	30 gramas
SALADA COZIDA	50 gramas
PRATO PROTEICO COZIDO	200g preparação com osso ou 180g preparação sem osso
GUARNIÇÃO COZIDA	60 gramas
PRATO BASE COZIDO	Arroz: 200 gramas e Feijão: 150 gramas
FRUTA	Sugestões de Frutas:
	Banana: 1 unidade de 120g
	Goiaba: 1 unidade de 170g
	Laranja: 1 unidade de 180g
	Maçã: 1 unidade de 150g
	Pera: 1 unidade de 180g
	Tangerina: 1 unidade de 135g
	Manga: 1 unidade de 117g
	Carambola: 1 unidade de 180g
Caju: 1 unidade de 120g	

Esse mecanismo pode ser simplificado no seguinte princípio “garantir no mínimo uma modalidade de proteína bovina ou de frango com osso ou sem osso uma vez por semana e no máximo 5 vezes no mês para cada tipo específico, e eventualmente oferecer outros tipos de proteína animal, dispensadas as formas processadas”.

Esses parâmetros parecem indicar que o programa busca orientar os conveniados cadastrados para o oferecimento de alimentação diversificada, se considerarmos a exigência de limites mínimos e máximos e a variedade de proteínas, alimentos crus e cozidos e a presença de frutas, entretanto não foram encontradas evidências de que o equilíbrio nutricional seja considerado um elemento de qualidade a ser respeitado na avaliação da política.

4 RESULTADOS

A análise desta política pública parece indicar que, a partir de 2020, a relevância do tema do combate à fome foi reconhecida pelo executivo e, como consequência, incorporada às ações governamentais do Estado de Rondônia, dada a natureza ideológica da composição dos poderes locais, o desenho e a formulação desta política foram baseadas numa solução de mercado como credenciamento de empresas para oferta das refeições.

O Programa Rede Prato Fácil, como política pública, parece ter sido desenhado ignorando as causas da fome e que o enfrentamento para resolução de quaisquer problemas que ignorem as

suas causas não costumam alcançar êxitos.

Outro fator importante que parece ter sido relegado a segundo plano é o efetivo conhecimento dos beneficiários destinatários da política, pois ela foi orientada para captar potenciais credenciados, e portanto, apesar de possuir boas cautelas formais para a garantir a legalidade dos contratos, parece partir de um ser humano abstrato e despossuído de concretude que não pode participar da resolução dos problemas em que esteja implicado.

O Programa Rede Prato Fácil apesar de indicar que se orienta para o fornecimento de alimentação saudável, não incluiu mecanismos concretos para captação de alimentos oriundos da agricultura familiar que é a fonte principal de fornecimento deste tipo de item, no seu desenho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimento de idas e vindas na políticas de redução da fome e desnutrição extrema no Brasil e a continuação de taxas de insegurança alimentar médias e elevadas entre a população indicam a existência de falhas nas políticas sociais e econômicas que precisam ser equacionadas em todos os níveis da federação, assim como o retorno de ações e programas praticados antes de 2014 destacam que o problema da fome e da segurança alimentar demandam políticas econômicas estruturantes, continuadas e sistêmicas.

Porém estas políticas para serem efetivas e eficazes para a garantia da segurança alimentar e da alimentação como direito essencial, devem ser desenhadas e operarem sobre a ótica da soberania alimentar e sem a submissão às lógicas centradas numa visão de mercado de alimentos e/ou na exclusividade das soluções pelo mercado e/ou que priorizem a produção agrícola de itens primários para exportação, como solução principal para os problemas do Brasil.

Os debates atuais sobre soberania alimentar, sustentabilidade e o papel das comunidades locais na produção de alimentos estão ganhando importância em meio às mudanças globais. O estudo desses assuntos no contexto brasileiro permite a identificação de métodos mais eficazes para promover a segurança alimentar e erradicar a fome. Como resultado, este artigo buscou analisar a questão da fome de uma perspectiva ampla, colocando-a no contexto de seu enfrentamento e discutindo os meios e obstáculos para construir uma sociedade mais justa e segura.

Uma política que se oriente para resolução do problema da fome precisa ser pautada na busca de um equilíbrio complexo e difícil entre produzir alimentos saudáveis para o mercado interno e a obtenção de ganhos na balança comercial. Ambos os fatores são essenciais para combate estrutural aos problemas da fome e da segurança alimentar, bem como a promoção da



soberania alimentar e do direito à alimentação para todos.

REFERÊNCIAS

Druck, g. Sena, j. Pinto, m. Araújo, s. A terceirização no serviço público: particularidades e implicações. In: CAMPOS, A. G. (Org.). Terceirização do trabalho no Brasil: novas e distintas perspectivas para o debate. Brasília: Ipea, 2018, p. 113-141. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8709/1/A%20Terceiriza%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 20/09/2025.

Melo, M. A. Governance e reforma do Estado: o paradigma agente x principal. Revista do Serviço Público. Ano 47. Volume 120. Número I. Jan-Abr 1996.

Rondônia. Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL.CHAMAMENTO PÚBLICO Nº: 90075/2024/CEL/SUPEL/RO/LEI Nº 14.133/2021.

Souza, J. Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
